



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020 pormassas.org

Nº 2

6 de janeiro de 2026



Carta Aberta aos sindicatos, movimentos e correntes políticas que se posicionam contra a invasão militar da Venezuela e sequestro do presidente Nicolás Maduro pelos Estados Unidos

Pela constituição imediata da frente única anti-imperialista

A previsível ação bélica dos Estados Unidos contra Venezuela com o objetivo de derrubar o governo chefiado por Nicolás Maduro se consumou no dia 3 de janeiro. Dentre as forças políticas que condenaram a prepotente intervenção ordenada por Trump, muitas, talvez a maioria, não tiveram em seus cálculos ou fecharam os olhos a essa possibilidade.

O cerco montado pelo imperialismo no mar do Caribe, desde agosto de 2025 e ampliado nos meses seguintes, com a presença marcante do porta-aviões USS Gerald Ford, evidenciou o objetivo de derrubar o regime nacionalista chavista. É necessário destacar que uma parte significativa das esquerdas se mostrou aquém da tarefa de organizar um movimento anti-imperialista contra a “Operação Resolução Absoluta” e ao objetivo explícito da Casa Branca de fulminar o governo da Venezuela.

O bombardeio de embarcações no Caribe e mais de cem mortos sob a justificativa de combater o “narcoterrorismo” e, em seguida, o bloqueio a navios petroleiros foram sinais inconfundíveis de que o imenso aparato militar estabelecido na região preparava a invasão da Venezuela. As correntes e organizações sindicais, que se dizem defensoras da soberania das nações oprimidas, tiveram diante de seus olhos as operações militares e a arregimentação política de governos que se alinharam aos Estados Unidos, o que viria a ser a “Operação Resolução Absoluta”, na madrugada de 3 de janeiro.

É certo que houve muitos protestos verbais, mas pouquíssimas ações voltadas a mobilizar os explorados e pôr em pé a frente única anti-imperialista.

Os governos burgueses latino-americanos se dividiram entre o apoio a Trump e os que se negaram a colaborar com a “Operação Resolução Absoluta”. A maioria que sucumbiu às pressões dos Estados Unidos expressa a política da direita e ultradireita francamente pró-imperialista e servil. A minoria que se abrigou sob as bandeiras da não-intervenção de um Estado sobre outro, do respeito ao direito internacional, das soluções diplomáticas e da preservação do multilateralismo se mostrou

incapaz de reagir apoiando-se em mobilizações anti-imperialistas.

Os Estados Unidos montaram o cerco nas condições do mais completo isolamento da Venezuela. Uma vez estabelecido o controle absoluto do mar do Caribe, puderam invadir o país, bombardear posições de defesa em Caracas, matar mais de 80 militares, entre eles 32 cubanos, penetrar no bunker onde o presidente Maduro se protegia e sequestrá-lo sem que houvesse um só soldado norte-americano morto.

A prepotente ação dos Estados Unidos – que pisoteou a soberania da Venezuela, que desconheceu o ordenamento internacional burguês e que não deu a mínima aos apelos de governos pelo caminho da paz na América Latina e no mundo – demonstrou o estágio avançado de decomposição do capitalismo.

Trump pôs às claras o quanto os Estados Unidos estão com as mãos livres para atacar países sem condições mínimas de defesa, como é o caso flagrante da Venezuela. Mais ainda, o quanto têm as mãos livres para desfraldar a doutrina Monroe, impor alinhamentos a países quebrados economicamente, arrastar governos dependentes, bloquear o mar do Caribe e atemorizar o continente latino-americano como um todo.

A presente ofensiva dos Estados Unidos e a aplicação da política de derrubar governos que não se submetem aos seus ditames têm antecedentes conhecidíssimos, que expressaram e expressam a doutrina Monroe. E, portanto, tal dominação de todo o continente foi imposta historicamente e mantida pelas armas e pela diretriz política de submissão dos países semicoloniais e oprimidos.

Os Estados Unidos se tornaram a maior potência, sobrepujando a Inglaterra, valendo-se das guerras, da partilha do mundo e dos saques. A hegemonia alcançada na Segunda Guerra Mundial se chocou com a sobrevivência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com as conquistas revolucionárias da classe operária no Leste Europeu. A Guerra Fria se desenvolveu nas condições de

reconstrução e subordinação da Europa e Japão. A OTAN foi concebida e estruturada como instrumento da hegemonia norte-americana, voltada a recuperar o terreno conquistado pela Revolução Russa e edificação da URSS.

Na América Latina, a Guerra Fria se desenvolveu contra a Revolução Cubana, os movimentos burgueses e pequeno-burgueses nacionalistas e os governos que se colocavam pela defesa da soberania nacional. A derrocada da URSS foi a maior vitória do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial. Acontecimento de transcendência histórica que serviu à consolidação da hegemonia dos Estados Unidos.

É nesse marco que o imperialismo norte-americano incentivou e impulsionou o processo de restauração capitalista na China. A potenciação da economia chinesa sobre a base da economia de mercado passou a colidir com a vasta dominação econômica dos Estados Unidos, que, como tal, se havia estabelecido em todos os continentes. A guerra comercial é um fenômeno fundamentalmente do capitalismo da época imperialista. Abriga em suas entranhas as tendências bélicas e as guerras de dominação.

A crise econômica de 2008-2009 teve a particularidade em relação as anteriores do pós-guerra de expor as contradições da economia norte-americana no epicentro do processo de desintegração do capitalismo mundial. O desabamento de uma parcela de capital parasitário combinou com a necessidade da maior potência acirrar a guerra comercial e escudar-se com o protecionismo imperial. No centro desse movimento econômico e militar, emergiu a confrontação dos Estados Unidos com a China. Era questão de tempo para que a guerra comercial se ampliasse e tomasse a forma de embates em nível continental.

A intervenção na Venezuela corresponde a uma ofensiva dos Estados Unidos na América Latina, para disciplinar e limitar a penetração econômica da China no continente, rico em fontes de matérias-primas. O imperialismo norte-americano não poderia conviver com a nacionalização da maior reserva mundial de petróleo imposta pelo governo de Hugo Chávez em 1º de maio de 2007.

O governo bolivariano foi tratado como ditadura fundamentalmente por ter realizado expropriações e nacionalizações que atingiram capitalistas internacionais e nacionais. Seria considerado democrático se respeitasse o domínio imperialista e cumprisse a função de servir ao saque da nação oprimida.

Os Estados Unidos impuseram brutais sanções econômicas à Venezuela, principalmente voltadas a impedir o desenvolvimento nacional da extração e refino de petróleo. Sistemáticamente, justificaram suas ações violentas contra a Venezuela e potenciaram

uma oposição pró-imperialista, dita democrática, sob a bandeira de acabar com a ditadura chavista.

O imperialismo norte-americano fracassou em inúmeras tentativas de derrubar os governos de Chávez e Maduro. Somente agora nas condições de elevada guerra comercial, de escalada bélica e de profunda crise econômica e social em que a Venezuela foi mergulhada, os Estados Unidos conseguem desfechar o mais duro golpe contra o governo nacionalista, sequestrando o presidente da República Bolivariana.

A derrocada do nacionalismo burguês e os retrocessos do movimento revolucionário das massas oprimidas facultaram e facultam aos Estados Unidos continuarem impondo sua diretriz de subordinação da América Latina a seus interesses e a sua hegemonia. O nacionalismo burguês se encontra esgotado historicamente, ainda que sobreviva politicamente, e incapacitado de recorrer à mobilização da maioria oprimida. Não há outra via de defender a Venezuela a não ser pelos meios da luta de classes. O proletariado, portanto, tem pela frente a tarefa de combater a ofensiva ditatorial da política da burguesia norte-americana e do seu governo Trump.

Cabe à classe operária venezuelana reagir constituindo uma frente única anti-imperialista, sob seu programa e sua direção. Combater pela soberania da nação oprimida sob a orientação e com o método revolucionário de expropriação do grande capital e realização da mais completa nacionalização das fontes de matérias-primas e da indústria, ou seja, dos meios de produção. É nesse terreno que se ergue a bandeira de fim da intervenção dos Estados Unidos e recondução de Nicolás Maduro ao posto de presidente. Essa orientação proletária deve ser encarnada pelos destacamentos mais avançados da luta anti-imperialista na América Latina.

Esta Carta tem por objetivo chamar os sindicatos, movimentos e correntes políticas a constituírem uma frente única anti-imperialista claramente voltada a combater a dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina, defender incondicionalmente a Venezuela, lutar pela libertação imediata do presidente Maduro e sua companheira Cilia Flores, apurar a matança de venezuelanos e cubanos, exigir que os países que condenaram a invasão apoiem militarmente a resistência venezuelana e pôr fim ao cerco militar no mar do Caribe.

- **Lutemos para derrotar o cerco imperialista à Venezuela!**
- **Pela libertação imediata do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro!**
- **Organizar a frente única anti-imperialista pela autodeterminação e soberania das nações oprimidas!**